

Educação, mídia e cidadania¹

Flaviana de Freitas Oliveira
Ana Maria Klein

A mídia é considerada um importante lugar de educação que transmite, por meio de seus textos e imagens, propósitos educativos (MIGUEL, 2012). Por isso, refletir sobre o diálogo entre mídia e educação, considerando as possíveis contribuições da mídia nos processos formativos do receptor, é fundamental para entendermos o papel midiático no cotidiano social.

No Brasil, a própria Constituição Federal prevê uma finalidade educativa para a mídia. Em seu artigo 221, dispõe: "A produção e programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I) Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. [...]" (BRASIL, 1988).

A relação entre mídia e educação pode ser estabelecida de três formas: (1) a educação para a mídia, chamada de mídia-educação, que visa desenvolver a criticidade dos leitores/espectadores; (2) a educação informal pela mídia, exercida de maneira não intencional ao disseminar suas ideologias e valores; e (3) a educação com a mídia, que se refere às possibilidades de uso das tecnologias e dos meios de comunicação como ferramentas pedagógicas no ensino formal.

Em relação à mídia-educação (educar para a mídia), o discurso midiático é uma importante ferramenta educativa, constituindo-se em um espaço de aproximação significativa entre cultura, educação e cidadania (FANTIN; GIRARDELLO, 2009). São três eixos que sustentam a prática de mídia-educação: cultura (ampliação e possibilidades de diversos repertórios culturais), crítica (capacidade de análise, reflexão e avaliação) e criação (capacidade criativa de expressão, de comunicação e de construção de conhecimentos). A esses três eixos, acrescenta-se o C de cidadania, configurando então os "4 C" da mídia-educação: Cultura, Crítica, Criação e Cidadania (FANTIN, 2006). O conceito de cidadania se encontra em uma das bases teóricas para entender as práticas de mídia-educação. Como afirma (BENEVIDES, 1994), a cidadania democrática envolve a conquista e consolidação social e política, exigindo instituições e comportamentos próprios que criem espaços de luta e instituições permanentes para a expressão política. Há uma distinção entre cidadania passiva e ativa, sendo esta última criadora de direitos para abrir novos espaços de participação política.

A cidadania relaciona-se aos direitos e deveres de uma pessoa dentro de um espaço político-jurídico. O Brasil é um país democrático e constitucionalmente se pauta pelos princípios dos Direitos Humanos (DH) como basilares para todos os outros direitos. Assim, conhecer os Direitos Humanos faz parte da formação do cidadão.

Neste processo de formação para a cidadania pautada pelos DH, a mídia exerce papel estratégico, pois é educadora informal e tem papel relevante na formação do leitor/espectador enquanto cidadão sujeito de direitos, consciente de seus direitos perante a sociedade.

Reconhecendo a necessidade e a importância da educação para a efetivação dos Direitos Humanos, sobretudo em sociedades plurais, globalizadas e multiculturais como a nossa, o Estado brasileiro formulou alguns documentos para firmar o compromisso de desenvolver uma educação comprometida com conhecimentos, valores e práticas relacionadas aos Direitos Humanos, ressaltando, inclusive, o papel da mídia.

Entre eles estão o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH (BRASIL, 2007); o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 - PNDH-3 (BRASIL, 2010); e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012). Além disso, é importante abordar o Plano de Ação da Terceira Fase (2015-2019) do Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos - PMEDH 3 (ONU, 2014), que fala sobre a formação em Direitos Humanos para profissionais de mídia.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH (Brasil, 2007) define a EDH como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos. Este documento, que marca o compromisso do Brasil com a EDH como política pública, estrutura-se em cinco eixos: educação básica; educação superior; educação não-formal; educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança pública; e educação e mídia (BRASIL, 2007).

Ao dedicar um dos eixos estruturantes da proposta de EDH à mídia, percebe-se o valor que esta instituição tem para a formação dos cidadãos. A mídia e os veículos de comunicação são compreendidos como espaços de embates políticos e ideológicos que estrategicamente podem atuar na construção de uma sociedade fundada em uma cultura democrática, solidária, baseada nos direitos humanos e na justiça social.

O Plano reconhece que a mídia tem uma enorme capacidade de chegar a grandes contingentes de pessoas, sendo um patrimônio social que contribui para o direito à expressão e o acesso à informação. Assim, é capaz de levar a EDH a contingentes populacionais que não estão envolvidos em processos educativos formais (Educação Básica e Ensino Superior) e não formais (cursos educativos). Trata-se de um eixo estratégico que pretende inserir a EDH em diferentes contextos educativos, disseminando conhecimentos, valores e práticas concernentes aos DH entre diferentes segmentos populacionais.

O eixo de mídia e educação destaca 23 ações programáticas que envolvem: incentivo à criação de propagandas voltadas aos princípios relacionados aos DH; parcerias com empresas midiáticas para divulgação de materiais sobre DH; realização de programas de

entrevistas e debates sobre DH; criação de banco de dados sobre DH; campanhas de orientação aos cidadãos; regulamentação das disposições constitucionais sobre a missão educativa dos veículos de comunicação; parcerias entre a Secretaria dos Direitos Humanos e canais de rádio e televisão; criação de observatórios para acompanhar a cobertura da mídia em DH; formação crítica para a leitura da mídia na perspectiva dos DH; incentivo a pesquisas sobre violações dos DH pela mídia; pedido de inclusão dos princípios dos DH nos manuais de redação e das orientações editoriais; incentivo à produção de matéria audiovisual sobre DH; entre outras ações (BRASIL, 2007).

Ao firmar compromisso com a EDH, ressaltando o papel da mídia nos processos educativos, o Estado brasileiro, por meio do PNEDH (BRASIL, 2007), adota a compreensão de que educação e mídia têm uma dupla relação: educar para a mídia (formação crítica) e educar pela mídia.

A educação é pautada também em outro documento nacional dedicado aos Direitos Humanos, o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 - PNDH-3 (BRASIL, 2010). O PNDH-3 foi precedido por outros dois programas: o PNDH-1 (BRASIL, 1996), que tratava apenas de direitos civis e políticos; e o PNDH-2 (BRASIL, 2002), que inovou ao incorporar à primeira versão os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

O PNDH-3 (BRASIL, 2010) aborda a mídia em diferentes contextos. No Eixo Orientador 3, "Universalizar direitos em um contexto de desigualdades", uma das ações programáticas da Diretriz 8, Objeto 2, diz respeito à educação pela mídia no ensino de direitos de crianças e adolescentes.

No Eixo Orientador 5, "Educação e Cultura em Direitos Humanos", a Diretriz 22 é destinada exclusivamente à mídia e traz dois objetivos: (1) promover o respeito aos DH nos meios de comunicação e o cumprimento de seu papel na promoção da cultura em DH; (2) garantir o direito à comunicação democrática e ao acesso à informação. Dentro do segundo objetivo há uma ação programática que visa incluir princípios de DH nas orientações editoriais dos órgãos da mídia. Além disso, o documento ressalta o incentivo a pesquisas regulares que possam identificar formas, circunstâncias e características de violações dos Direitos Humanos na mídia (BRASIL, 2010).

Em 2012 foram promulgadas, pelo Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012). Além deste documento, percebe-se a importância da mídia para a EDH está expressa também em documentos de âmbito internacional. Em 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), divulgou o Plano de Ação da Terceira Fase (2015-2019) do Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos - PMEDH 3 (ONU, 2014), cujo objetivo é promover a formação em Direitos Humanos para profissionais de mídia e jornalistas. Nas duas primeiras fases, o PMEDH 3 demonstra a preocupação com a aplicação da Educação em Direitos Humanos em ambientes formais de ensino. Ao dedicar a Terceira Fase à formação de profissionais da mídia, fica evidente a importância atribuída a ela como educadora informal, principalmente no que diz respeito a promover a formação e a Educação em Direitos Humanos de seus leitores e espectadores.

Além de destacar os documentos internacionais, o PMEDH 3 ainda aponta para o reconhecimento do papel das diferentes mídias na realização de direitos culturais. O programa considera a mídia como "instrumento de enriquecimento cultural", tendo papel importante na preservação e popularização de formas tradicionais de cultura (ONU, 2014).

A EDH é um compromisso do Estado que visa à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, uma sociedade democrática na qual os cidadãos sejam capazes de orientar suas ações por meio dos princípios dos DH. A mídia exerce papel estratégico neste processo, seja como um meio de educação (educar pela mídia), seja pela necessidade de educar para a mídia (formar pessoas conscientes sobre as relações de poder que direcionam os discursos midiáticos). Assim, é fundamental compreender como ela pode interferir nas relações interpessoais e institucionais, disseminando informações que contribuem para a compreensão dos DH e seus princípios ou, contrariamente, para o preconceito em relação aos mesmos.

Convém destacar que na recente história política do Brasil, houve diversos momentos nos quais a mídia foi utilizada como meio para se propagar ideologias opressoras, estando a serviço da ditadura e afrontando abertamente os princípios democráticos que são basilares para a efetivação dos Direitos Humanos. Na ditadura civil-militar brasileira que teve início em 1964, por exemplo, a grande mídia se articulou fortemente com aqueles que apoiavam a derrubada do presidente João Goulart e a tomada do poder pelos militares. Neste contexto, a televisão e outros meios de comunicação acabavam por não exercer seu papel informativo e não estavam coadunados com os Direitos Humanos. Assim, as principais empresas de mídia criaram o clima de pânico para a derrubada da democracia e também foram coniventes com o regime (KUSHNIR, 2004). Por isso, uma educação que favoreça a leitura crítica da mídia é imprescindível à manutenção da democracia.

¹Este texto é uma sessão do artigo MÍDIA, EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS publicado na Revista Humanidades e Inovação, v.7, n.19 - 2020. Acessado em 18 abril 2023, disponível em <https://revista.unites.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3894>

DDHH

Direitos Humanos na sala de aula

Apresentação

Na sociedade da informação, a escola deve servir de bússola para navegar nesse mar do conhecimento [...] O que significa servir de bússola? Significa orientar criticamente, sobretudo as crianças e jovens, na busca de uma informação que os faça crescer e não embrutecer.

Moacir Gadotti

Nesta edição do Boletim DDHH na sala de aula, tematizamos o direito à informação como um direito humano. A internet trouxe uma nova dimensão à comunicação e à troca de informações em todo o mundo, permitindo que as pessoas se conectem e compartilhem ideias de maneira rápida e eficiente. No Brasil, o marco civil da internet foi aprovado em 2014 para regulamentar o uso da internet no país, garantindo a liberdade de expressão, a privacidade dos usuários e a neutralidade da rede.

Ao longo deste boletim dimensionamos que o direito à informação é uma condição fundamental para afirmar a democracia, fortalecer a cidadania e garantir uma vida digna para todas as pessoas. Afinal, sem o acesso à informação, não há como participar plenamente da vida política, tomar decisões ou cobrar transparência e prestação de contas por parte das autoridades. Além disso, o acesso à informação é um meio para combater a desinformação e as fake news, que podem ser usadas para manipular a opinião pública e ameaçar a integridade da democracia. Portanto, o direito à informação é um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

As atividades e leituras presentes ao longo deste material estão estreitamente relacionadas a ideia de liberdade de expressão, a diversidade cultural e o acesso à informação para todos. Destacamos o quando as redes sociais têm um papel importante na disseminação de informações e na garantia do direito à informação, permitindo que uma diversidade de vozes e perspectivas sejam compartilhadas. No entanto, quando mal utilizadas, as redes sociais podem propagar informações falsas e prejudicar o acesso à informação correta e confiável. Portanto, ao refletir criticamente sobre o uso das redes sociais, os indivíduos podem contribuir para a defesa do direito à informação, promovendo uma cultura de informação responsável e ética.

Seguimos!

Forte abraço, *A Equipe*

Novamerica na rede!

No dia 18 de abril, o tema da nossa Roda de Conversa foi "Educação: múltiplas questões em debate". Para debater sobre este tema tão importante, nossos/as convidados/as foram os Professores Nicolás Guevara (ISEPP - República Dominicana) e Thiago Costa (Colégio Teresiano - RJ) e a professora Silvana Mesquita (PUC - RJ). Como mediadora, Erica Nascimento (Novamerica).

"Novo Ensino Médio: entre a revogação e a reconstrução" foi tema da nossa Roda de conversa online. Para debater este tema tão importante, tivemos a presença de João Carneiro (UERJ), José Maurício Carvalho (Membro do LAEd - PUC-Rio), Maria Luiza Süsskind Veríssimo (UNIRIO) e Fátima Lima (SEPE). A live ocorreu no dia 16 de maio e contou com a mediação de Maria da Consolação (Novamerica).

Confira as atividades disponíveis no canal da Novamerica no YouTube: <https://www.youtube.com/c/novamerica1991>

Vai acontecer! Fique por dentro da nossa próxima roda de conversa! No dia 20 de junho, o tema será "Saúde Mental e Vida Plena, Lançamento da Revista Novamerica Nº178. Não perca a oportunidade de participar!

Acompanhe a divulgação das atividades pelo site da Novamerica, do Observatório de Educação em Direitos Humanos em Foco, pela Fanpage da Novamerica e pelo nosso Instagram.

 @ong.novamerica  @ong_novamerica

 <https://www.youtube.com/c/novamerica1991>

Datas Significativas

Junho
04

Dia Internacional das Crianças Vítimas de Violência

05

Dia Internacional do Meio Ambiente e Universal da Ecologia

12

Dia Mundial e Nacional de Luta contra o Trabalho Infantil

26

Dia Internacional Contra a Tortura e Dia Nacional Contra as Drogas

Julho
09

Dia Internacional do Desarmamento Mundial

13

Dia da Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA

20

Dia Internacional da Amizade

Participe

Compartilhe suas ideias e práticas em relação aos Direitos Humanos e à proposta de "Afirmar a democracia, Fortalecer a cidadania, VIDA DIGNA!" através do envio de materiais, atividades pedagógicas e informes de eventos realizados na sua área de atuação. Suas contribuições poderão ser divulgadas em nossas redes sociais ou na próxima edição deste boletim.

O e-mail para envio é escola@novamerica.org.br.

NOVAMERICA

Programa Direitos Humanos
Educação e Cidadania

ISSN 1519-9827 - NOVAMERICA

Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo - CEP: 22280 - 030

Rio de Janeiro - R.J. - BRASIL - Tel/fax: 2295 8033

E-mail: escola@novamerica.org.br

<http://www.novamerica.org.br>



DDHH
Direitos Humanos
na sala de aula

Editora: **Susana Sacavino**

Texto Final: **Erica Nascimento**

Supervisão Editorial: **Adelia Maria Koff**

Composição Gráfica: **Companhia Visual Manteca**

Equipe Responsável: **Maria Consolação Lucinda**

Erica Nascimento

Vera Maria Candau



A sala de aula em movimento

Jemos Direito!

O Marco Civil da Internet é uma lei fundamental para a garantia dos direitos e da liberdade na internet no Brasil. Ela estabelece princípios, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.

O artigo 7 da Lei nº 12.965/ 2014 estabelece, por exemplo, os direitos do usuário da internet. Dentre eles estão: a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, inviolabilidade e sigilo do fluxo de comunicações, inviolabilidade e sigilo de comunicações armazenadas, não suspensão da conexão à internet por débito decorrente de sua utilização, manutenção da qualidade contratada da conexão à internet, informações claras sobre contratos de prestação de serviços, não fornecimento de dados pessoais a terceiros sem consentimento, informações claras sobre coleta e uso de dados pessoais, consentimento expresso sobre coleta e tratamento de dados pessoais, exclusão definitiva de dados pessoais, publicidade e clareza de políticas de uso, acessibilidade e aplicação de normas de proteção do consumidor.

Fonte: https://pxhere.com/pt/photo/1063277?utm_content=shareClip&utm_medium=referral&utm_source=pxhere

Cara educadora e educador, a seção "Sala de Aula em Movimento" é um espaço onde enfatizamos a importância da escola, em particular a sala de aula, como um lugar privilegiado para refletir sobre o direito à informação como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade democrática e justa. As atividades apresentadas têm como base a concepção de que a escola desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos capazes de exercer seu direito à informação de maneira consciente e responsável. Essas atividades buscam sensibilizar crianças, adolescentes e jovens para a importância de avaliar criticamente as fontes de informação, bem como desenvolver habilidades de pesquisa para encontrar informações confiáveis e relevantes. Com isso, a escola pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos mais informados e capazes de tomar decisões embasadas em informações precisas e confiáveis. É importante ressaltar que as atividades apresentadas neste material são indicadas para faixas etárias específicas, mas podem ser adaptadas de acordo com as características dos alunos e alunas e também podem servir como fonte de inspiração para outras situações pedagógicas.

Ensino Fundamental Anos iniciais (1º, 2º, 3º)

O objetivo desta atividade é promover o tema do direito à informação e a importância da cidadania, incentivando o desenvolvimento da leitura e escrita. Além disso, busca-se sensibilizar as crianças para a importância de conhecer seus direitos e deveres enquanto cidadãos e como isso pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1º momento:

- Inicie a aula perguntando os estudantes se eles sabem o que é informação e para que serve.
- Explique que a informação é um tipo de conhecimento que podemos obter sobre as coisas, pessoas e lugares que nos cercam.
- Pergunte também se já ouviram falar sobre cidadania e o que sabem sobre isso.

2º momento:

- Explique aos estudantes que eles vão participar de uma atividade para encontrar palavras relacionadas ao direito à informação e cidadania.
- Explique que eles devem encontrar as palavras escondidas no caça-palavras e circulá-las.
- As palavras estão na horizontal, sempre no sentido da escrita.

3º momento:

- Depois que as crianças terminarem de procurar todas as palavras, leia cada palavra encontrada em voz alta e reflitam sobre o que cada uma significa.

4º momento:

- Para finalizar, peça aos alunos que compartilhem o que aprenderam sobre o direito à informação e a cidadania através de uma frase ou desenho.



Ensino Fundamental Anos iniciais (4º, 5º e 6º)

Saúde mental é um direito humano fundamental e um pré-requisito para o bem-estar e qualidade de vida. Desta forma, esta atividade tem como objetivo ajudar as crianças, adolescentes e jovens a desenvolverem habilidades importantes para lidar com as emoções. Especialmente as emoções que podem surgir em situações envolvendo a internet e as redes sociais, que são cada vez mais presentes em nosso cotidiano.

1º momento:

- Distribua pequenas folhas de papel aos estudantes, cada um deve receber três pedaços de papel.
- Após a distribuição, crie um mural com cinco partes, cada uma delas representada por emojis, simbolizando algumas das emoções que experimentamos em nosso cotidiano: medo, alegria, raiva, surpresa e tristeza.

MEDO	ALEGRIA	RAIVA	SURPRESA	TRISTEZA

2º momento:

- Solicite que cada participante escreva, no papel que recebeu, situações que vivenciaram, observaram ou provocaram essas emoções enquanto estão na internet. Pode ser algo visto no feed, notícias das redes sociais ou após ficar muito tempo on-line.
- Os participantes devem fazer o esforço de descrever situações que lhe trouxeram emoções diferentes, por exemplo, uma de raiva, uma de alegria e uma de tristeza;

Exemplos:

"Vi uma postagem de uma amiga e senti certa tristeza ao ver o local onde ela estava e eu, em casa."

"Adoro os filtros das fotos! Sempre que posto com eles as pessoas curtem e comentam!"

"Recebi no zap uma imagem de maus tratos com cachorros. Fiquei com raiva, pois isso não se faz."

3º momento:

- Cada estudante deverá incluir no mural, embaixo do emoji, seu papel com a situação descrita.
- Após a colagem, leia os registros e busque situações semelhantes, que despertaram as mesmas emoções ou emoções diferentes.

4º momento:

- Em seguida, abra uma roda de conversa para que os estudantes comentem:
 - ✗ Por que pessoas diferentes sentem a mesma emoção diante de um conteúdo semelhante e outras sentem emoções diferentes?
 - ✗ Das situações que você colocou aqui, você consegue ir um pouco além, buscando identificar a origem dessa emoção, ou seja, por que você acha que sentiu isso?
 - ✗ Você sabe o que é saúde mental? E saúde emocional?
- Após os estudantes elaborarem, de forma coletiva, uma ideia sobre o que é saúde mental e saúde emocional, socialize com eles as definições da Unicef e conversem sobre as diferenças entre os que pensamos e as definições apresentadas.

A saúde mental é mais do que a ausência dos transtornos mentais, é um estado de bem-estar, é conseguir passar pelas coisas que acontecem em nossa vida, mesmo as ruins e depois conseguir seguir em frente. E ela se relaciona com a nossa saúde física, nossas questões emocionais e também com a justiça social, a autonomia e a segurança.

SAÚDE MENTAL

Fonte: Guia de Autocuidado – Ser adolescente e jovem que se cuida! Unicef Brasil, 2020.

Ensino Fundamental Anos finais (7º 8º e 9º)

O objetivo desta atividade é sensibilizar os estudantes para a importância de refletir criticamente sobre o uso das redes sociais e as consequências que podem surgir a partir disso.

1º momento:

- Apresente o objetivo da atividade e pergunte aos estudantes sobre seus hábitos de uso das redes sociais. Faça uma breve discussão sobre a importância das redes sociais em nossas vidas e como elas podem afetar nossa forma de pensar, agir e se relacionar com outras pessoas.

2º momento:

- Exiba o documentário 'O Dilema das Redes, (2020), que explora o perigoso impacto das redes sociais nas pessoas.
- Certifique-se de que os alunos estejam confortáveis e atentos;
- O filme aborda como as redes sociais afetam a nossa privacidade, nossas relações pessoais e até mesmo a nossa saúde mental;
- Ao final da exibição, permita um momento para que os alunos possam trocar impressões e comentários sobre o que assistiram.

3º momento:

- Incentive os alunos a refletirem sobre como as redes sociais afetam suas vidas e quais as consequências disso.
- Faça perguntas como:
 - ✗ O que mais chamou a sua atenção no filme?
 - ✗ Quais são possíveis consequências do uso excessivo das redes sociais?
 - ✗ Como é possível usar as redes sociais de forma mais responsável?
 - ✗ Que medidas podemos tomar para proteger nossa privacidade e segurança nas redes sociais?

4º momento:

- Finalize a atividade reforçando a importância de refletir criticamente sobre o uso das redes sociais e conscientizando os estudantes sobre os casos de dependência, manipulação de dados, disseminação de desinformação, perda de privacidade e casos de cyberbullying. Encoraje-os a buscar informações sobre segurança digital e a adotar práticas mais responsáveis nas redes sociais.

5º momento:

- Antes do final da atividade, proponha que os estudantes elaborem um cartaz com dicas para um uso mais seguro e consciente das redes sociais.

É a capacidade de reconhecer e gerenciar as alterações de comportamento e emoções que influenciam nossas atividades cotidianas.

SAÚDE EMOCIONAL

Fonte: Guia de Autocuidado – Ser adolescente e jovem que se cuida! Unicef Brasil, 2020.

Enriquecendo a ficção:

Dicas na internet:

- Página Web **Plenarinho – o jeito criança de ser cidadão**
<https://plenarinho.leg.br/index.php/2020/08/o-que-e-cidadania-digital/>
- Vídeo **Uso responsável da tecnologia, Primeiro Celular, Cyberbullying, Fake News e Privacidade Online** – Canal Educativo da Smile and Learn - Português
<https://www.youtube.com/watch?v=SolpR-kbRcA>
- Música **O Mundo é Bão**, Sebastião – Nando Reis
<https://www.youtube.com/watch?v=mQkCZJ44IBA>

Publicações online:

- **Educomunicação e Direitos Humanos: um diálogo amoroso**, Andrea Trigueiro (UCP) e Jefte Amorim (FPS).
Disponível em: <https://clium.org/index.php/edicoes/article/view/251>
- **Saúde Mental de Adolescentes e Jovens** - Informações sobre saúde mental e alguns dos transtornos mentais mais comuns, além de primeiros socorros emocionais e dicas de como ajudar alguém, 2020.
Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/guia-de-autocuidado-ser-adolescente-e-jovem-que-se-cuida>

Filmes/documentários:

- **O Dilema das Redes (The Social Dilemma)**
O documentário retrata o tratamento dado às pessoas e seus dados, convertidos em fontes de lucro, independentemente da exploração de suas vulnerabilidades psicológicas.
- Livro **Você não é invisível**, Lazaro Ramos (autor), Oga Mendonça (ilustrador), Editora Objetiva, 2022.

Materiais Impressos: